

A IMPORTÂNCIA DOS COMPLEMENTOS CIRCUNSTANCIAIS NA HERMENÊUTICA DO SUJEITO

M^a Antónia Jardim
Universidade de Oporto

As implicações educativas da perspectiva de Ricoeur sobre a ética, situam-se ao nível da hermenêutica da narrativa e das potencialidades desta última quanto ao seu carácter mediador.

De facto, o texto narrativo existe tendo em vista a acção humana que é profundamente social e aberta. É, somente através da relação com os outros que podemos chegar a nós próprios, tomando consciência do que somos. Uma consciência que atravessa diacronias e sincronias, que é recuperada através da História, isto é, da interpretação das obras, dos textos onde se manifesta o acto de existir. É a narratividade própria da experiência temporal do existir, que o texto configura. A narrativa torna-se assim, uma condição da experiência prática, temporal, pois o próprio campo da *praxis* humana é sempre narrativamente pré-figurado, quer dizer, está sempre articulado por meio de signos, regras, costumes e valores que permitem que as pessoas se entendam ou dirijam na constituição da sua identidade.

Assim sendo, será extremamente benéfico e propulsor de crescimento o facto do aluno se "apropriar" do texto no sentido de revisitar o seu mundo, de se auto-questionar e consciencializar o seu lugar no Mundo, as suas potencialidades e as suas fragilidades; enfim, enfrentar o palco dos conflitos internos. Como consequência, o aluno/leitor, com a ciência e a arte *interpretandi* poderá melhor optar, relacionar e comparar avaliando diferentes realidades; valorizar umas em detrimento de outras, reconstituindo a sua identidade.

Torna-se interessante e pertinente reconhecermos que no agir diário utilizamos “fórmulas literárias” extraídas da tragédia, do romance, dos Contos de Fadas ou dos Policiais...

- “Sinto-me uma personagem de tragédia grega”
- “Não sou nenhum herói...”
- “Pareces uma Cinderela!”
- “Precisava de ter comigo um Sherlock Holmes...”

Trata-se apenas de alguns dos muitos exemplos que na realidade da acção humana se utilizam como representação simbólica de uma situação determinada; o que quer dizer que a matéria prima da literatura é o mundo real e que este “informa” aquela arte, de conteúdos preciosos de tesouros a descobrir pelo sujeito que os lê e interpreta; decodificando estruturas narrativas que muito têm que ver com as das nossas acções.

Atente-se na evidência que somos Sujeitos, ocupando um determinado lugar/Espaço no mundo, situados pois, na Acção; num Tempo, com um determinado Modo de agir e pensar, isto é, de comunicar com o que está à minha volta, com uma Memória (Tempo da narrativa = Passado), fazendo história, construindo peripécias... tal como uma personagem de um Conto.

No fundo somos seres feitos de linguagem; fazemos escolhas, até com os pronomes (possessivos, demonstrativos... indefinidos) e com o Modo dos verbos (Conjuntivo, Imperativo), e com os adjectivos e advérbios que utilizamos; todos os dias cruzamos a Sintaxe do discurso com a “Sintaxe” da vida.

Relativamente a esta problemática da vida como valor a narrar, é interessante verificar o que diz Salvatore Privitera (1996) a este respeito, já que sublinha o facto de a narração transmitir vida, no sentido que transmite de geração em geração, enriquecendo cada vez mais a abordagem humana à vida, o modo como cada geração realizou este valor e o representou para os vindouros: “Isto é, narração é vida que se transmite a si mesma, se comunica e expande. Ela é como a personagem pirandelliana que não consegue estar calada, estabelecendo uma relação com o mundo circunstante, para que seja conhecido o seu ponto de vista, o seu modo de conhecer a vida, de harmonizar as suas próprias exigências com as de outras personagens”. Isto acontece porque “narração é vida que se transmite, porque é viva, a personagem, porque são vivos os seus sentimentos, as suas emoções, no seu próprio passado. Ela revive e faz reviver, actualizando-o, o acontecimento já verificado”.

Note-se que Ricoeur formula como chave de toda a hermenêutica o seguinte: “O homem é a única “coisa” capaz de ser tocada e modificada pela Palavra”. Assim, a hermenêutica exerce-se na materialidade da linguagem que é, por sua vez, um verdadeiro fio condutor de um novo modo de pensar. O acto de existir, diz-nos Ricoeur, afirmar-se na diferença e relação com outros actos. Exprime-se por meio de obras e sinais, logo, a interpretação dos símbolos e textos transforma-se assim no modelo privilegiado de toda a auto-compreensão, que sabe que a sua relação com a verdade não é já de posse, coincidência, transparência, mas de distância, referência, simbolização, interpretação ou reinterpretação. “O que deve ser interpretado num texto é uma proposição de mundo, o projecto de um mundo que eu poderia habitar e onde poderia desenvolver os meus possíveis mais próximos...” (Ricoeur, 1995). Quer isto dizer que, para a filosofia hermenêutica, o texto enquanto obra, testemunho do estar no mundo, permite-se ver o mundo com outros olhos, abrir-me a outras perspectivas. O Mundo já configurado pelo texto configura-me, recria-me, suspendendo o meu olhar particular. O sujeito que lê e interpreta os textos, testemunhos de vida já vivida e interpretada, é um sujeito desenvolvido, aberto a outras perspectivas com as quais até pode estar em conflito. Agora é o encontro de horizontes o verdadeiro fio condutor (no contexto histórico de hoje, tal adquire a maior importância). O sujeito que interpreta o texto, é, por sua vez, por ele interpretado. A apropriação ou leitura implicada modifica o leitor, obriga-o a desapropriar-se de si e a receber do texto uma nova proposta.

Pela ficção, novas possibilidades de estar-no-mundo são indicadas à realidade quotidiana. Deste modo, a interpretação do texto, das grandes obras, é um alimento de primeira necessidade. É neste sentido que a leitura é um palco silencioso, mas eco verdadeiro da formação humana. Logo, é necessário não descurar a função do símbolos e do que ele nos poderá fornecer ao nível hermenêutico e portanto, relembrar a importância dos complementos circunstanciais através de algumas passagens de um ensaio de José Saramago “O Autor como narrador”, publicado no nº 38 da revista *Ler*: “Que fazemos, em geral, nós, os que escrevemos? Contamos histórias. Contam histórias os romancistas, contam histórias os dramaturgos, contam histórias os poetas, contam-nas igualmente aqueles que não são, e não virão nunca a ser poetas, dramaturgos ou romancistas. Mesmo o simples falar quotidianos são já uma história. As palavras proferidas, ou apenas pensadas, desde o levantar da cama, pela manhã, até ao regresso a ela, chegada a noite, sem esquecer as do sonho e as que ao sonho tentaram descrever, constituem uma história com

uma coerência própria, contínua ou fragmentada, e poderão, como tal, em qualquer momento, ser organizadas e articuladas em história escrita...”

Isto quer dizer que todos nós lemos, fazemos leituras desde que nos levantamos até que nos deitamos e contamos essas mesmas leituras em forma de histórias mais ou menos curtas com mais ou menos peripécias com mais ou menos dilemas ou contradições e é por isso que Saramago prossegue: “... –um livro é acima de tudo, a expressão de uma parcela identificada da humanidade: o seu autor. Pergunto-me até, se o que determina o leitor a ler não será uma secreta esperança de descobrir no interior do livro –mais do que a história que lhe será narrada– a pessoa invisível mas omnipresente do seu autor...” No fundo Saramago aponta aqui para a problemática da identificação possível do leitor com o autor; para a possibilidade de ele próprio se tornar co-autor da obra que está a ler, dado que “O que o autor vai narrando nos seus livros é, tão-somente, a sua história pessoal. Não o relato da sua vida, não a sua biografia (...) mas uma outra, a secreta, a profunda, a labiríntica, aquela que com o próprio nome dificilmente ousaria ou saberia contar. Talvez porque o há de grande em cada ser humano seja demasiado grande para caber nas palavras com que ele a si mesmo se define e nas sucessivas figuras de si mesmo que povoam um passado que não é apenas seu, e por isso lhe escapará sempre que tentar isolá-lo e isolar-se nele (...) talvez porque certos autores privilegiem, nas histórias que contam, não a história que vivem ou que viveram, mas a história da sua própria memória, com as suas exactidões, os seus desfalecimentos, as suas mentiras que também são verdades, as suas verdades que não podem impedir-se de serem mentiras. Bem vistas as coisas, sou só a memória que tenho, e essa é a história que conto. Omniscientemente”.

Neste passo já se equaciona a importância do desdobramento do "eu", das nossas biografias ocultas e das vozes que nos assombram a casa (a nossa morada Pessoaana), o peso do Passado que co-habita em nós, na nossa memória feita de reais ficções, ou seja, de contínuas contradições e absurdos, de não-lógica. Assim sendo, podemos concluir que as histórias servirão aos leitores, de perfeitos laboratórios para equacionarem os seus dilemas e problemas e respostas e perguntas relativas à sua própria vida.

Para isso há que ter em conta que a acção humana possui uma semântica e uma sintaxe próprias, complexas, temporais e construídas sobre um sistema de símbolos, eles próprios interpretes internos da acção.

A acção humana corresponde, assim, a uma gramática da vida, um romance a uma história de vida e provavelmente um conto a uma instância da nossa biografia, sonhado-vivida. Daí que Paul Ricoeur em *Temps et récit* afirme que “nous racontons des histoires parce que finalement les vies humaines ont besoin et méritent d’être racontées (...). Toute l’histoire de la souffrance crie vengeance et appelle récit” (p. 115). Veja-se que não ser á por acaso que a literatura intimista tem sido extremamente fértil neste século. Desde biografias a Diários ou Confissões, cada vez mais a vida se conta, se assume como matéria de que os sonhos são feitos, como já afirmava Shakespeare nas suas comédias, e é talvez por isso que o leitor busca no texto muitas vezes as respostas de que necessita. Pois,

“L’oeuvre narrative reste une invitation à voir notre praxis comme...” (Paul Ricoeur, *Temps et récit*)

a narrativa acaba por re-significar o mundo na sua dimensão temporal. Então, nesse sentido, os contos poderão fazer-nos ter em conta o papel da imaginação e da dimensão afectiva da nossa vida moral, visto existir uma dimensão prediscursiva e imaginativa que orienta as nossas escolhas.

Os contos são um lugar de encontro, de re-encontro consigo próprio (leitor), de potencial transformação no agir do leitor, veículo de valores através da linguagem e portanto um símbolo a interpretar no contexto de uma educação ética.

Mas de que ética estamos a falar?

Em Paul Ricoeur a ética funciona como uma espécie de hermenêutica da própria moral, não se confundindo com ela, mas interpretando-a. A este respeito será interessante verificar a posição de Francisco Varela em *Quel Savoir pour l’éthique?*, que nos diz que o verdadeiro comportamento ético não terá que ver com a aplicação pura de regras aceites mas com o fazer face imediata a situações imprevistas, segundo as capacidades do sujeito; o que se poderia chamar de “consciência inteligente”. À semelhança de Ricoeur, Varela chama a atenção para uma ontologia e antropologia do agir. O eu-cognitivo, a sua história e a sua acção formam um só bloco.

“La contextualité implique qu’une entité cognitive a, par définition un point de vue...” (Francisco Varela, *Quel Savoir pour l’éthique*)

moi-cognitif está situado no tempo e no espaço, daí que o texto narrativo se proporcione a configurá-lo, a descrevê-lo, a pô-lo em palco, pois nós po-

demos mesmo conceber, segundo Varela, um "je" pessoal como se fosse um "récit" interpretativo contínuo de certos aspectos das actividades paralelas na nossa vida quotidiana. Não é certamente por acaso que surgem "fórmulas linguísticas" no nosso quotidiano e que traduzem este paralelismo:

- Ela lê como um livro aberto
- A minha vida é um livro
- Tu és mesmo um livro aberto mas com algumas páginas coladas...

Para Varela, como para Ricoeur, o saber, fazer ético corresponderá a uma tomada de consciência progressiva e directa das virtualidades de "mim mesmo". É, de facto, uma hermenêutica do nosso juízo moral, da nossa capacidade transformadora e de auto-metamorfose. E falar de transformação levamos à prática da própria operação que se relaciona com a psicanálise, porventura (segundo Varela) a única tradição ocidental que a toma como sua preocupação central. A psicanálise fornece ao indivíduo um espaço para se encontrar, tal como a hermenêutica do texto se abre perante o leitor. Ambas permitam ao sujeito uma reformulação do seu estatuto, conhecimento, modo de ver, ser e estar no mundo, permitam-lhe avaliar, comparar e reconstruir de novo.

Talvez a leitura seja um acto privilegiado para tal, visto que se trata de um acto solidário em que o próprio sujeito/leitor pode reler, reler-se quantas vezes quiser, voltar atrás, saltar páginas, a própria leitura é em si mesmo um acto de liberdade em que escolhas contínuas são feitas. O próprio acto de ler em si é portador de dialécticas, entre as quais, a noção de semântica de superfície e de semântica de profundidade, as quais vão permitir ultrapassar o explícito e desvendar mundos, o que por sua vez nos vai permitir chegar ao conceito existencial de "apropriação" definido por Paul Ricoeur:

"Apropriar-se do que antes era "estranho" permanece o objectivo de toda a hermenêutica". (Paul Ricoeur, *Teoria da Interpretação* [1987]).

Assim sendo, a interpretação enquanto apropriação, torna-se um acontecimento iniciando uma auto-compreensão, já que uma interpretação de profundidade permitirá que nos reencontremos através do "espectáculo dos outros". De relembrar que quanto mais enigmático for um texto, mais necessário se torna recorrer à semântica de profundidade, o que faz que, segundo

Michel Meyer (in *Linguagem e Literatura*, 1994), a interpretação se torne um processo psicológico em que o símbolo se torna a palavra-chave.

De algum modo, podemos estabelecer aqui a ponte com as ciências cognitivas visto que a cognição, segundo Varela, pode corresponder ao tratamento da informação tendo em conta a manipulação dos símbolos, a partir de regras, além de que o conexionismo igualmente corresponder a um paradigma sub-simbólico. Esta diferença entre o sub-simbólico e o simbólico reenvia-nos ao problema da relação entre os diferentes níveis de explicação no estudo da cognição: Como é que a emergência do sub-simbólico e a computação simbólica se entrelaçam? *Mutatis mutandis*, é possível o paralelo com os níveis de interpretação em Ricoeur, com a semântica de superfície e a semântica de profundidade. Ambas as dialécticas são complementares e a sua relação é uma relação de inclusão. Pertencem ambas a uma circularidade de acção/interpretação, visto que estamos no domínio do semiológico; por um lado através das ciências cognitivas (Varela) e por outro lado através da hermenêutica (Ricoeur), e ambas as perspectivas possuem implicações ontológicas, epistemológicas, donde, éticas.

Não nos esqueçamos que as faculdades cognitivas estão ligadas à história vivida, a uma temporalidade e estrutura social; por outro lado há que relembrar que é através da linguagem que a realização social se produz, ganhando vida e identidade. Igualmente importante é não esquecer que a hermenêutica ao proporcionar um encontro de perspectivas, entre o mundo do texto e o mundo do leitor (feito ele também de linguagem), abre um novo horizonte experimental e uma nova “possibilidade de ser” nos é oferecida, podendo ser reconstruída uma nova identidade, um novo juízo moral, uma nova consciência ética.

Interessante é recuar no tempo e verificar que a ênfase na relação contemplação/vida e leitura/acção já era sublinhada em Platão. O filósofo sempre insistira na acção, no bios, apesar de o campo de acção tender a restringir-se cada vez mais do estado exterior para o estado dentro de nós. É assim que Platão, pela primeira vez na História da Educação, aconselha a composição de livros de leitura em que se inclua uma selecção do melhor (*Leis*, 811 A). Assim, o educador filósofo deveria fazer operações de selecção e interrogar-se sobre a prática ontológica:

Quem sou eu? Quem habita o meu corpo? Que ando a fazer?

Então, e porque a Imitação (mimesis) influencia o carácter do imitador, há que seleccionar os deuses, os heróis, os mitos... Repare-se que é referido por Manuel Alexandre Júnior na obra *Importância da Cria na cultura Helenística*, que segundo Téon, “o simples exercício de leitura de uma cria tem por efeito nutrir o espírito de bons exemplos e estimular no leitor a imitação dos mais excelentes” (p. 32).

As crias, na Antiguidade, além de exercícios, eram pois, veículos, por excelência, de valores de honestidade, responsabilidade e obrigação moral, valores culturais e éticos, uma espécie de bioética, de saber ser, de filosofia de vida. Ilustradas (tal como os Provérbios ou Máximas) de normas gerais a cria serviria o ideal platónico de educação já que a intenção pedagógica da cria corresponderia a uma “energia ética do exemplo” e “força persuasiva”.

Relativamente ainda à importância da linguagem, do discurso, atente-se na contribuição do primeiro educador filósofo: Sócrates. Foi através de Diálogos e memórias platónicas que o herói ganhou voz e foi devido a si que o conceito de auto-domínio se converteu numa ideia central da cultura ética. Note-se nos Diálogos como Platão, através do “encanto dramático” se torna mestre na arte pedagógica, ao despertar no leitor uma participação activa. Somos conduzidos continuamente a um estado de ignorância que tem por objectivo pôr nas nossas mãos um enigma, o leitor resolvê-lo, já que a solução se encontra de um modo ou de outro ao seu alcance.

Platão sublinha na *Protágoras* que a pedagogia de Sócrates se baseia fundamentalmente **no facto de reduzir o problema moral a um problema de saber; mutatis mutandis**, Ricoeur diz-nos isto **fazendo coincidir o caminho da ética com o processo hermenêutico** de auto-conhecimento.

Regressando a Sócrates, é pertinente o que refere Walter Benjamin a propósito da relação do contador de histórias com a morte:

“Ora, é sobretudo naquele que vai morrer que vemos tomar a forma de uma realidade transmissível, não só o saber ou a *sagesse* de um homem mas sobretudo o conteúdo da sua própria vida, isto é, a matéria de que se fazem as histórias...” (*Essais I e II* (1983))

A relação entre a narração e a morte não é, neste caso, tanto uma questão do saber ou sabedoria de um homem, mas o contacto com a matéria de que são feitas todas as histórias e que é a própria experiência de transmissibilidade. Neste sentido, Sócrates e a matéria da sua vida experienciada e sonhada,

foi transmitida através de um outro: Platão, não deixando por isso de ter autoridade ou credibilidade porque continha a autenticidade necessárias, a relação com o real.

Aqui põe-se um outro problema que é o emergir do universo ficcional no mundo real, que Umberto Eco abordou na obra *Seis passeios no bosque da ficção*:

“O problema com o mundo real é que, desde o alvorecer dos tempos, os homens se têm interrogado sobre se há uma mensagem e se essa mensagem faz sentido. Com os universos ficcionais não temos dúvidas de que contêm uma mensagem e por detrás deles está uma entidade autorial, como seu criador, e dentro deles um conjunto de instruções de leitura...”

Assim poderemos concluir, indo de encontro às teorias propostas por Nelson Goodman in *Modos de fazer mundos*, que os factos são construídos tanto quanto o são as ficções e que estas podem ser informativas e formativas. Isto quer dizer que o mundo ficcional nos pode dar a ler informações acerca dos nossos comportamentos, na medida em que através dele podemos experimentar afinidades de olhares, encontros com atitudes de outros sujeitos. A ficção é fascinante porque nos oferece a oportunidade de exercer livremente as nossas faculdades, quer para percebermos o mundo, quer para reconstruirmos o passado.

A ficção é lúdica como o Lego que nos permite estruturar diferentes experiências de construção. Só que tal facto pode conduzir-nos a uma ambiguidade; a uma textura híbrida do momento presente:

“Mas se a actividade narrativa estão tão estreitamente ligada à nossa vida quotidiana não poderá acontecer interpretarmos a vida como ficção e introduzirmos elementos ficcionais quando interpretamos a realidade?” (Umberto Eco, *Seis passeios no bosque da ficção*)

Não é possível desligarmo-nos da “função adesiva” da memória, do modo como funcionamos, porque damos crédito ou não a histórias anteriores, a histórias da vida privada ou pública, até às histórias que a própria História nos narrou até hoje. Apoiamo-nos num contador X e numa história Y e fazemos rosários de memórias individuais e colectivas, tomando essas “contas” com a vida como promessas de imortalidade que nos libertarão da lei da morte afirmando “e assim rezava a história...” A ficção transborda para a

vida real como a origem ou o resultado de uma acção transborda da Palavra (Platão, *Crátilo*), até que um dia a palavra **ficção** deixe de fazer sentido.

Mas, se a ficção tem uma função libertadora, a psicanálise é também, por sua vez, um método de libertação das sensações de culpa opressivas e patológicas. Também a psicanálise, como todos os movimentos, salta barreiras, destroi medos, liberta. E é desta liberdade, do que está na nossa mão fazer que a moral se ocupa, daquilo que ainda não aconteceu, que ainda não é um facto mas que pode vir a sê-lo. É a relação da vida com a consciência daquilo que o homem vive. Este tomar consciência da vida como mundo, encontra-se sempre sob o esquema de algo exterior em que a nossa vida própria actua, o nosso próprio ser psicológico, o nosso interior. O que se manifesta no exterior é sempre a forma da nossa apreensão, por isso vivemos sempre em símbolos.

Todavia a necessidade mais urgente do mundo moderno talvez consista em descobrir

—o mundo subjectivo interno da psique, descobrir a vida simbólica. Como disse Carl Gustave Jung:

“O homem necessita de uma vida simbólica...” (*The symbolic life* (1939))

Devido às pesquisas de Jung, hoje percebemos que o símbolo é dotado de um dinamismo subjectivo que exerce sobre o indivíduo uma poderosa atracção e um poderoso fascínio. Trata-se de uma entidade viva e orgânica que age como um mecanismo de libertação e de transformação de energia psíquica. Existe, portanto, um regime de simbolização/racionalização que a psicanálise imprime às relações entre o sujeito e o mundo. Na relação simbólica toda a tradução deixa um vestígio. Este vestígio é o inconsciente e o inconsciente engendra-se no corpo como infra-língua. Donde que, para bem aprender como se referencia o inconsciente neste desvio máximo entre o corpo e a linguagem, seja necessário ir à fonte do simbólico, aos mecanismos próprios da metaforização.

Isto foi algo que Freud não esqueceu e praticou; atento às suas descobertas estava um dos maiores pintores deste século, o surrealista Dali. *Na Conquête de l'Irrationnel*, o pintor diz o seguinte:

“le fait que je ne comprenne pas moi-même mes propres peintures au moment de leur réalisation, ne veut pas dire que ces tableaux n'aient aucune signification; au contraire, leur signification est te-

llement profonde, complexe, cohérente et involontaire que'elle échappe à la simple analyse logique..."

É que as obras de arte são tão ambíguas quanto a própria vida. Todo o jogo ambíguo entre vida e sonho, passado e presente, assemelha-se à incerteza, à incoerência que domina o cotidiano, contraditório em si mesmo. Uma obra de arte, seja tela, pauta, capitel ou livro, é um obra aberta, tal como o é a própria vida... continuamente provocatória, imprevisível, no sentido de convidar a hermenêuticas que fazem cruzar campos psicológicos com simbólicos e axiológicos ou estéticos, além de encontros sincrônicos e diacrônicos.